

Originais recebidos em 13/07/2022. Aceito para publicação em 29/03/2023.

Avaliado pelo sistema double blind peer review. Publicado conforme normas da ABNT.

Free open access available online.

DOI: <http://dx.doi.org/10.35700/2359-0599.2023.17.3464>

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA ALÉM DAS UNIVERSIDADES: A COMUNICAÇÃO DA ÁREA POR MEIO DA EDUCAÇÃO POPULAR¹

Alessandra Jungs de Almeida - <https://orcid.org/0000-0002-0932-3354>

Ana Luiza Vedovato - <https://orcid.org/0000-0002-9341-7213>

RESUMO

Neste artigo discutimos o papel da comunicação de temas das Relações Internacionais junto à sociedade brasileira por meio de práticas de Educação Popular, abordando como a Educação Popular pode auxiliar no fortalecimento do debate entre universidade e sociedade sobre temáticas internacionais. Na primeira seção, apresentamos nossa fundamentação teórico-prática, dialogando com o contexto da Educação Popular no Brasil e o surgimento e implementação da disciplina de Relações Internacionais no país. Após, apresentamos nossa metodologia que, baseada em Paulo Freire, pressupõe transformação social, coletividade e diálogo nos processos de aprendizagem. Por fim, na terceira seção, percorremos nossas experiências enquanto educadoras populares para apresentar a construção e execução da nossa prática a partir do projeto de extensão “Educação Popular e Relações Internacionais” no Pré-Universitário Popular Alternativa, em Santa Maria (RS, Brasil). Argumentamos e demonstramos que ações comunicadoras, a partir da universidade, trazem a possibilidade de transformar a realidade vigente e questionar junto à sociedade as temáticas e políticas abrangidas pela área de Relações Internacionais no debate público brasileiro.

Palavras-chave: Educação Popular; Relações Internacionais; extensão; comunicação; ensino pré-universitário.

¹ Este trabalho é produto do projeto Educação Popular e Relações Internacionais, organizado a partir de 2016 por estudantes do curso de bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As experiências aqui relatadas, apesar de escritas da nossa perspectiva e experiência, são coletivas e compartilhadas por uma série de outras colegas. Por isso, agradecemos aos e às colegas que estiveram conosco nos anos iniciais do projeto: Amanda Krein Antonette, Arthur Mallmann, Bibiana Poche Florio, Bruna Ribeiro Troitinho, Cecília Maieron Pereira, Douglas Gerhardt, Guilherme de Almeida Pastl, Julia Bergental, Juliana Peters Aires, Laísa Anderle Huber, Maria Eduarda Piacentini, Marina Moura de Quadros, Robson Daniel Santos, Sabrina da Costa Chiuza, Victor de Carli Lopes, Wagner Azevedo e Yuri Coutinho.

INTERNATIONAL RELATIONS BEYOND THE UNIVERSITY ENVIRONMENT: POPULAR EDUCATION AS A METHOD FOR COMMUNICATING THE FIELD

ABSTRACT

In this paper, we discuss the communication of International Relations topics with the Brazilian society through practices of Popular Education, discussing how popular education methods can help strengthen the international debate between university and society. In the first section, we present our empirical and theoretical approach to discussing the context of popular education in Brazil. We also discuss the potential role of teaching critical thinking, focusing on the relationship between university and society, to rethink the origins of the International Relations area in Brazil. Next, based on Paulo Freire, we present our communication methodology, which advocates for social change, collectivity, and dialogue in the educational and learning processes. Finally, in the third section, we review our experiences as popular educators to present the planning and implementation of the "Popular Education and International Relations" Outreach Project in the Alternativa Pre-College Program in Santa Maria (RS, Brazil). We claim that communicative actions with society can transform social reality by questioning themes and policies of International Relations in the Brazilian public debate.

Keywords: Popular Education; International Relations; Outreach; Communication; Pre-College Education.

1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais² fazem parte do nosso cotidiano, seja por meio da mídia, das notícias e acontecimentos que circulam o mundo, seja pelos seus efeitos políticos e pelas nossas interações no contexto de um mundo globalizado. Apesar da inquestionável existência e impacto das dinâmicas internacionais em

² Quando citamos "relações internacionais", com minúsculas, nos referimos às temáticas e dinâmicas internacionais, quando citamos "Relações Internacionais", com maiúsculas, nos referimos à disciplina e área de estudos.

nossas relações diárias, em termos políticos, econômicos, sociais ou culturais, as Relações Internacionais, enquanto área de estudo, ainda permanecem distantes da sociedade. No Brasil, as questões internacionais ainda são pouco exploradas fora do ambiente acadêmico, pouco aprofundadas na mídia e menosprezadas até mesmo no debate político. Questões internacionais são geralmente marginais nas propostas políticas e planos de governo, minimizadas em pronunciamentos oficiais. Essas temáticas, portanto, acabam relegadas quase exclusivamente aos cuidados governamentais do Ministério das Relações Exteriores ou aos corpos diplomáticos do Instituto Rio Branco, com pouco engajamento com a população nesse processo.

Nesse contexto, a discussão sobre a extensão e a defesa de uma universidade presente e responsiva socialmente se torna urgente a partir das Relações Internacionais. A ação extensionista na área possibilita pensar transformações nas práticas profissionais, nas epistemologias utilizadas no campo de estudos e no fomento do debate público sobre temas de relações internacionais no Brasil. Por isso, pode ser mobilizada para reforçar a relevância das Relações Internacionais junto à sociedade e sua relação com as políticas públicas (SILVA, 2015; SOUZA, 2014), tendo em vista a atuação e pluralidade da sociedade no processo de formulação política e tomada de decisão. Este contexto caracteriza um profundo desafio de, para além da questão internacional, ampliar a participação democrática e, principalmente, qualificar a discussão política.

A lacuna a respeito das questões internacionais reflete a falta de debate sobre essas temáticas junto à sociedade, em primeira instância, e a falta de interação e abertura para sua participação política nestes temas, como consequência. O distanciamento da disciplina da sociedade, originalmente abordada apenas no Ensino Superior, e seu caráter elitista e de atuação voltada aos grandes centros populacionais brasileiros parecem ser fatores que contribuem para esse cenário.

No entanto, mesmo diante desta realidade, os debates sobre o ensino das Relações Internacionais para além do contexto universitário ainda são escassos. Ainda é limitada a literatura que discute, desde uma perspectiva extensionista ou pedagógica, o ensino das temáticas de relações internacionais em espaços

não-universitários e/ou informais. Este trabalho insere-se nessa lacuna: abordamos a extensão universitária em Relações Internacionais e destacamos a possibilidade de conexão entre os pilares do ensino e extensão no ensino público superior. Além disso, por meio da apresentação das práticas de um projeto de Educação Popular e Relações Internacionais, ressaltamos a importância da extensão para a promoção do ensino de temáticas acadêmicas em contextos populares e pré-universitários. Assim, questionamos como a incorporação de iniciativas de Educação Popular poderiam auxiliar no fortalecimento do debate universidade-sociedade sobre temáticas internacionais diversas.

Como contribuição e tentativa de reversão desse cenário, partimos das Relações Internacionais, focando principalmente nas temáticas de sensível impacto para a execução de políticas públicas e para o cotidiano educacional, social e político brasileiro. Acreditamos que o ensino de Relações Internacionais e o debate sobre seus temas, por meio das metodologias de educação popular, são ações que contribuem para qualificar o debate público a partir da realidade social brasileira desde um viés crítico e engajado. Entendemos que a temática das Relações Internacionais, para além de seu status como disciplina acadêmica, precisa ser pensada junto à sociedade, tendo em vista sua relevância para pensar políticas públicas, como a política externa e a política econômica. Argumentamos a necessidade de que a comunidade acadêmica na área aproxime de seu horizonte o debate público e a realidade social, considerando o impacto das dinâmicas internacionais e a repercussão das interações estatais para a sociedade e vida cotidiana brasileira. Dessa forma, vemos que a extensão universitária nas temáticas das Relações Internacionais é uma ação que pode ser fortalecida tendo em vista a função pública da área, suas práticas e discussões.

O artigo é estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresentamos o contexto da Educação Popular no Brasil e o potencial do papel de um ensino comunicador, a partir da relação universidade-sociedade e do surgimento e implementação da disciplina de Relações Internacionais no Brasil como área que pode ser questionada por meio da Educação Popular. Em seguida, apresentamos nossa metodologia que, baseada em Paulo Freire, pressupõe transformação social, coletividade e diálogo nos processos de ensino-aprendizagem. Na terceira

seção, percorremos nossas experiências enquanto educadoras³ populares para apresentar a construção e execução da nossa experiência de extensão universitária em Relações Internacionais a partir do projeto “Educação Popular e Relações Internacionais” no Pré-Universitário Popular Alternativa (PUPA)⁴, em Santa Maria (RS). Analisamos os resultados observados no projeto tendo em vista o engajamento social com temas de relações internacionais no Brasil e como e por que a expansão de práticas populares de educação no ensino da disciplina podem contribuir para o fortalecimento do debate público na temática e da relação universidade-sociedade em torno das questões internacionais.

No contexto desse debate, argumentamos que ações comunicadoras a partir da universidade trazem a possibilidade de i) transformar a realidade vigente, pressupondo a curiosidade científica presente nas universidades e a transformação da cautela da pesquisa em indignação provocadora de mudança; ii) questionar junto à sociedade as temáticas e políticas abrangidas pela área de Relações Internacionais no debate público brasileiro. Nesta aproximação exploratória, damos ênfase ao potencial da educação popular enquanto ferramenta de comunicação da esfera universitária com a sociedade brasileira e à importância do ensino público dialógico e crítico, considerando seu potencial para o fortalecimento dos debates em Relações Internacionais.

2 DE ONDE PARTIMOS: REPENSANDO A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

A educação no Brasil, enquanto direito e bem público, tem uma função social atribuída constitucionalmente e reforçada pela reivindicação da sociedade

³ Ao longo deste artigo, usamos as palavras “educandas”, “educadoras”, “professoras” etc. para nos referir a pessoas de diferentes gêneros.

⁴ O Pré-Universitário Popular Alternativa (PUPA) é um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em atividade desde o ano 2000. O PUPA tem como objetivo principal a democratização do acesso ao ensino superior, e oferta aulas preparatórias para ENEM e vestibulares. O programa oferta, anualmente, em torno de 200 vagas, distribuídas de acordo com critérios socioeconômicos. As aulas são ministradas de maneira voluntária por estudantes de graduação e pós-graduação da UFSM.

brasileira. O artigo 205 da Constituição⁵ aborda essa função ao convocar o papel da sociedade no processo educacional, destacando sua participação enquanto agente histórico, indo além do aspecto profissionalizante tradicionalmente atribuído às práticas educativas. Nas universidades, tal vínculo é reforçado a partir das ações e projetos universitários, calcados no tripé de ensino, pesquisa e extensão. A extensão, especialmente, é o pilar que articula-se de forma mais direta com a sociedade, visto seu objetivo primário de promover diálogo junto à comunidade em que está inserida, fortalecendo a interação entre universidade e sociedade.

As práticas extensionistas, contudo, não garantem a instituição de uma relação dialógica entre universidade e sociedade. A carência dessa relação dialógica da comunicação universitária tornou-se evidente nos últimos anos, diante de uma crescente e ampla rejeição das universidades pela sociedade brasileira e por meio do questionamento de indicações e resultados científicos pela sociedade e de perseguições à liberdade de pensamento relacionado ao fortalecimento da extrema-direita no país. Tal rejeição dá seguimento aos sucessivos cortes de investimentos na área da educação, com a diminuição massiva do orçamento as escolas e universidades públicas brasileiras, discursos contrários à educação e recomendações sanitárias durante a pandemia de Covid-19, e ameaças à pesquisa e ciência durante o governo Bolsonaro (2019-2022), em especial as ciências humanas e sociais (FERREIRA; GRANDELLE, 2019).

Apesar de seus limites diante dos dilemas e problemas concretos da realidade brasileira, é a extensão universitária, ainda, um meio que podemos mobilizar para promover comunicação entre populações vulnerabilizadas e o ensino superior. Para além dos desafios amplos da comunicação e extensão universitária, sublinhamos aqui que tal aproximação é incipiente quando se trata das Relações Internacionais. Por exemplo, ainda são escassos as ações e os projetos de extensão fundamentados em metodologias de educação popular que dialogam com o campo das Relações Internacionais (MORAES, 2013; MACEDO

⁵ "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

LIMA et al, 2015; SILVA, CASTELÁN, 2019; REDIN et al, 2020; JUNGS DE ALMEIDA, 2020). Tal aproximação incipiente também pode ser verificada na recente criação da área temática de “Ensino, Pesquisa e Extensão” da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Assim, ainda são poucos os estudos que retratam como a sociedade brasileira se aproxima e discute as Relações Internacionais, criando um vácuo sobre a percepção da sociedade e sua inserção no debate sobre as dinâmicas internacionais, historicamente imbricadas nas dinâmicas sociais e políticas.

No entanto, como disciplina e área de estudo, as Relações Internacionais se constituíram enquanto campo independente no contexto das grandes guerras mundiais, principalmente a partir da década de 1940, manifestando o contexto e a preocupação diante das dinâmicas conflitivas da guerra e aos desafios para sua superação e consolidação da paz. Assim, a área esteve, desde sua origem, atrelada aos acontecimentos políticos, econômicos, securitários e sociais ao longo da história mundial; e marcada por uma construção identitária oriunda do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de perspectivas próprias do mundo anglo-saxão (HERZ, 2002, p. 9) e, portanto, distanciada das dinâmicas sociais e locais.

No Brasil, as Relações Internacionais começaram a se configurar como campo organizado apenas na década de 1970, a partir de uma abordagem predominantemente inter e multidisciplinar, oriunda da contribuição de profissionais de outras áreas como História, Economia, Ciências Sociais, Ciência Política e especialistas em Direito Internacional (LESSA, 2005, p. 2; HERZ, 2002, p. 15). A fundação do primeiro bacharelado em Relações Internacionais ocorreu em 1974, na Universidade de Brasília (UnB). Em 1979, foi criado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) o Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), voltado a atividades de pesquisa e de ensino na pós-graduação. Assim, UnB e o IRI/PUC-RIO foram pioneiros na inserção das Relações Internacionais como disciplina no Brasil, tendo sido as únicas instituições a oferecerem programas de mestrado específicos na área até o ano de 2001. Esses parâmetros, portanto, influenciaram em grande medida o caráter que a disciplina tomou no país. Localizados em grandes metrópoles e com dificuldades

adicionais de acesso devido ao número limitado de vagas ofertadas, no caso da UnB, e ao caráter de acesso privado, no caso da PUC-Rio, tal contexto contribuiu para moldar uma realidade da disciplina elitizada, afastada da sociedade e voltada a formação de profissionais para altos quadros do governo ou grandes empresas internacionais. Ademais, até então, como destaca Miyamoto (1999, p. 86) "tanto a prática quanto a teoria constituíram-se quase um monopólio dos diplomatas do Ministério das Relações Exteriores".

Internacionalmente, foi apenas a partir da década de 1990 que se tornou mais evidente uma tendência à flexibilização das fronteiras da disciplina, tanto em termos de sua expansão para além do mundo anglo-saxão, como em relação aos seus objetos de análise e novas orientações metodológicas e epistemológicas como, por exemplo, nos estudos de gênero e na escuta de vozes normalmente marginalizadas na política internacional (MURPHY, 1996; TICKNER, 2001). No Brasil, essa tendência deu sequência a um momento de expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais no final dos anos 1990, mas especialmente nos anos 2000 (BALLESTRIN, 2021). Nesse contexto, também se consolidaram uma tradição de estudos sobre a história e natureza da política externa, inserção internacional do Brasil, estudos da dependência e processo de internacionalização da economia, a relação EUA-América Latina e estudos geopolíticos, principalmente no contexto regional (LESSA, 2005). Essas características marcam as formas como o campo se construiu no Brasil e foi tratado no espaço público, nos eixos do governo, na mídia e na sociedade: geralmente, sendo percebida como distante da realidade cotidiana e de difícil alcance para a sociedade.

Por outro lado, a distância da população da discussão de temáticas internacionais é frequentemente justificada pelo argumento de que há temas que seriam mais urgentes e próximos para a realidade da maioria da população brasileira. Em uma sociedade em que 18,2 milhões de famílias (cerca de 21,7% da população brasileira) vivem em condições de extrema pobreza (BRASIL, 2022), há um discurso de que os problemas concretos diários e internos do país tornam o debate sobre relações internacionais na sociedade brasileira secundário no melhor dos casos, quando não por vezes considerado irrelevante.

Paradoxalmente, como discutido na área, muitos fatores internacionais são também causas dessa realidade. Contrário a esse senso comum, acreditamos que as relações internacionais podem ser debatidas e compreendidas por qualquer pessoa. Além disso, entendemos que as universidades, enquanto instituições públicas onde estuda-se Relações Internacionais, podem agir responsivamente no que diz respeito à comunicação dialógica e crítica das temáticas internacionais com a sociedade.

A implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, marcou uma nova fase para a disciplina no Brasil. O programa foi responsável pela abertura de diversos cursos de Relações Internacionais em universidades públicas federais no interior do país (CORRÊA; LUEDY, 2015). Paralelo a abertura desses novos cursos, também é notável um crescimento do campo em si, com a abertura e consolidação de novos programas também na pós-graduação, acompanhando o momento de maior proeminência brasileira no cenário internacional e os investimentos na educação superior e expansão da pesquisa universitária no Brasil. Ademais, esse contexto é fundamentalmente importante para uma mudança no perfil da disciplina no Brasil, já que a expansão do curso em instituições públicas e gratuitas, ademais a implementação da lei de cotas estudantis, permitiu o ingresso de um novo perfil de estudantes na área, fomentando a dimensão popular do curso de Relações Internacionais, em contraponto ao tradicional perfil elitizado do curso.

É nesse novo perfil das Relações Internacionais que se enquadra a iniciativa do projeto de comunicação (extensão) “Educação Popular e Relações Internacionais”. Desenvolvido de forma independente por alunas e egressas do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o projeto iniciou em 2016, junto ao programa institucional Pré-Universitário Popular Alternativa, a oferta da disciplina de Tópicos em Relações Internacionais no contexto pré-universitário.

3 COMO CAMINHAMOS: NOSSA METODOLOGIA DE ENSINO

Argumentamos que as Relações Internacionais, enquanto campo de estudo, e as questões internacionais, enquanto fatos cotidianos, podem-se fazer significar para a população por meio das práticas e metodologias comunicadoras da educação popular, que se baseia em um ensinar-aprender que reconhece as educandas como sujeitos no processo de aprendizagem, pronunciadoras da palavra⁶ e, portanto, participantes ativas, e não consumidoras passivas, das discussões propostas. Não há contradição, afirmamos, entre a desigualdade social e o estudo das Relações Internacionais. Como bell hooks (2017, p. 25-36) e Lorgia García Peña (2022, pp. 75-77) apontam, em um espaço estimulante e coletivo de sala de aula, em que há acompanhamento e onde a presença e participação de cada um e cada uma é valorizada, qualquer um pode aprender. Além disso, a partir da perspectiva de educação popular, a mudança da realidade desigual é objeto de reflexão e ação, objeto de práxis, independente da área desde a qual se reflete.

É a partir de uma perspectiva de responsabilização ética das universidades perante a sociedade que entendemos o ensino de Relações Internacionais por meio da educação popular desde a ideia de comunicação (FREIRE, 1980). Comunicação é conceito e prática que possibilita pensar não só nossa atuação enquanto educadoras populares de Relações Internacionais, mas para refletir sobre a aproximação da universidade à sociedade. Para entendê-lo, partimos de Paulo Freire, assumindo sua pedagogia libertadora e, portanto, nos comprometendo com a prática de liberdade, na qual a autonomia das estudantes em sala de aula é essencial para o processo de aprendizagem. Para Freire (1980) a ação de comunicação, diferente da extensão, possui conotação ativa, pressupondo uma prática de pensar e dialogar coletivamente e da qual faz parte a transformação, de si (sujeito) e da realidade circundante. Entretanto, é a palavra extensão que tem sido comumente usada no ambiente acadêmico para

⁶ Para Paulo Freire (2017, pp. 107-109), falar a palavra verdadeira significa que não existimos enquanto humanos no silêncio, mas que existimos pronunciando o mundo por meio da palavra. Essa pode ser verdadeira, quando pronunciada com ação e reflexão, ou seja, com práxis. Nesse sentido, quando falamos a palavra verdadeira existimos modificando o mundo.

conceitualizar as relações da universidade com a sociedade. Em virtude desta não reflexão sobre o termo e as práticas que o constituem, muitos projetos surgem nesse ambiente na forma do que Freire (1980; 2017) chama de "verbalismo", "falatório inautêntico", portanto, sem responsabilidade com a transformação do mundo. O resultado disso é que se busca "normalizar" o local e as pessoas em que os projetos se inserem, buscando fazer esses ambientes semelhantes aos da origem daqueles de quem detém a palavra. Esse comportamento contraria o caráter comunicador da educação, pois transforma os seres em coisas, tirando seu aspecto de transformação que resulta do diálogo coletivo que a comunicação propõe.

No argumento que apresentamos, entendemos que o ensino de Relações Internacionais, por meio dos métodos de educação popular, como a comunicação, possibilita que mudanças significativas aconteçam nas práticas e reflexões dos sujeitos presentes, sejam da universidade ou da comunidade. Freire argumentou que a palavra extensão significa "estender alguma coisa até algo ou alguém"; o que no caso da ação extensionista seria uma ideia determinada de conhecimento. Em contraponto, e em concordância com Freire (1980), entendemos que a educação deve ser comunicadora para, na prática da liberdade, enfrentar a ideia de "estender" conhecimento. Portanto, em nossas práticas de ensino, assumimos o caráter de diálogo da educação e recusamos o ensino que se constitui pelo "depósito" de conhecimento àquelas que supostamente estão "aprendendo de tal educadora". Nessa educação do diálogo não há transferência de saber, mas há a tarefa de dialogarmos com as educandas o conteúdo que as mediatiza e não de dissertar sobre ele, "estendê-lo [ou] entregá-lo, como se fosse algo acabado" (FREIRE, 1980, p. 81).

Ao agir no ensino das Relações Internacionais a partir da comunicação universitária, com base no diálogo, pressupomos que não há quem preencher de conhecimento. O papel do comunicador é readmirar pelos olhos das educandas o conteúdo que busca comunicar (FREIRE, 1980, p. 24). Nesse sentido, não há docilidade em aprender, pois o conhecer exige presença e reflexão, exige um comportamento ativo, sendo tarefa para sujeitos, não para objetos (FREIRE, 1980, p. 27). Sujeitos que têm no diálogo o caminho para se significarem enquanto tal e,

ao se perceberem como sujeitos, apropriar-se na aprendizagem, transformando o que aprenderam e aplicando em situações concretas o apreendido (FREIRE, 1980, pp. 27-28; FREIRE, 2017, pp. 108-109). Por isso, também requer uma mudança na postura e linguagem com que comunicamos a área de Relações Internacionais: transposta para uma atividade de ação comunicadora, ela essencialmente se transforma, não podendo ser a mesma reproduzida nos espaços universitários, com os jargões acadêmicos ou preso a teorias das quais, muitas vezes, “não se pode esperar a denúncia do mundo” (FREIRE, 2017).

Uma educação comunicadora é aquela que problematiza os homens e as mulheres e suas relações com a realidade, fazendo com que se percebam enquanto sujeitos históricos de transformação. Essa educação comunicadora e transformadora questiona e não foge ao debate, enfrenta as desumanizações e dialoga com a realidade. Ao fazê-lo possibilita a tomada de consciência desses sujeitos “na realidade na qual e com a qual [esses] estão” inseridos. (FREIRE, 1980, p. 33). Possibilita que entendamos, educandas e educadoras, qual o nosso papel no mundo, o que nos constitui enquanto sujeitos: que é existirmos enquanto pronunciadoras da palavra verdadeira⁷, para modificar o mundo, transformá-lo (FREIRE, 1980, p. 36). Em tal prática, portanto, fica evidente que as educadoras são tão sujeitas à transformação dessa ação quanto as educandas, o que possibilita também repensar epistemologias, abordagens pedagógicas e as práticas acadêmicas tradicionais.

No diálogo, na transformação da realidade a partir de quem se comunica, a educação popular comunicadora se constrói coletivamente. Paulo Freire (1980, p. 66) disse que nossos corpos atuam, pensam, falam sobre a realidade que nos rodeia e que, ao mesmo tempo, essa realidade é a mediação entre nossos e outros corpos. Assim, pensar em problemas reais não se dá de maneira solitária, mas sim a partir do pensar conjunto, que conseqüentemente estabelece o que pensamos, não o contrário. Nesse sentido, nada é comunicado, mas o que há é comunicação. A realidade se significa quando os signos são entendidos por quem se comunica. Quando algo é somente “comunicado” não é significativo para os

⁷ Se falar a palavra verdadeira é essencial ao existir, então é direito de todos os seres, não só de alguns. Por outro lado, a palavra inautêntica é aquela de que não se pode esperar a denúncia do mundo (FREIRE, 2017).

sujeitos, que tornam-se pacientes do que foi dito, depositários (FREIRE, 1980, p. 67). A comunicação, portanto, implica reciprocidade, não admitindo que alguém somente escute o que é externalizado ou “estendido”. Dessa dimensão também resultam novas práticas de ensino, onde a figura autoritária da professora se dissolve, para fazer da sala de aula um encontro entre múltiplas educadoras e educandas, que podem trabalhar em conjunto em suas reflexões.

Enquanto educadoras de Relações Internacionais em pré-universitários populares entendemos que é necessário que os sujeitos que se relacionam conosco percebam-se enquanto tal (sujeitos) e que se apropriem e atuem no processo de aprendizagem. Por isso, assumimos que transformadora, coletiva e do diálogo, a educação popular se constitui comunicando. E, ao fazê-lo, é crítica ao mundo e às práticas desumanizadoras, inclusive na área de Relações Internacionais. Desde essa discussão, na qual baseamos o método de nossa proposta de ação, refletiremos na próxima seção sobre as nossas experiências enquanto educadoras populares na área de Relações Internacionais.

4 NOSSO TRAJETO: PRÁTICAS DE ENSINO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

A participação de estudantes do curso de Relações Internacionais da UFSM no Pré-Universitário Popular Alternativa teve início em 2016, tendo como motivação inicial o interesse de algumas estudantes do curso em exercer a docência dialogando os temas de relações internacionais com a sociedade. Além disso, a equipe de estudantes que propôs a aproximação identificou, analisando provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos anos anteriores, a ênfase que as questões internacionais vinham assumindo no ENEM e nos processos seletivos para ingresso no Ensino Superior. Vimos então a oportunidade de aproximar a área de Relações Internacionais a projetos pré-universitários de educação popular.

Cabe salientar que para além do objetivo primário, que era lecionar e proporcionar trocas de conhecimento sobre as Relações Internacionais, o

movimento foi importante também para a formação das estudantes do curso de Relações Internacionais engajadas no projeto. O curso de bacharelado oferece poucas oportunidades para as discentes pensarem a dimensão pedagógica da área de Relações Internacionais. Dinâmica semelhante acontece com outras áreas do conhecimento no âmbito de projetos de extensão que se propõe ao ensino formal e informal, por meio de experiências com os pré-universitários (GOMES, 2017). Notamos que mesmo tão distante das discussões sobre educação, o destino de muitas egressas do curso de Relações Internacionais era a carreira acadêmica, visando lecionar no ensino superior, sem, no entanto, terem durante sua formação qualquer experiência de docência ou formação pedagógica.

No primeiro ano de execução do projeto, em 2016, o grupo de bachareladas que propôs a inclusão da disciplina no pré-universitário passou a ministrar as atividades em caráter optativo, quinzenalmente, aos sábados à tarde. Sem experiência pedagógica prévia, nosso primeiro desafio enquanto educadoras foi desenvolver, antes do início das aulas em 2016, um material didático para as educandas. O grupo de estudantes-educadoras engajadas no início do projeto dedicou-se na elaboração de uma apostila, a partir de um programa anual de conteúdo, baseado em temáticas que dialogavam os conteúdos programáticos do ENEM com a área de Relações Internacionais. A partir de autoavaliação, o grupo considerou algumas falhas no material, que foi reestruturado antes do período letivo de 2018 com um viés mais comunicativo com a realidade das estudantes do pré-universitário, mas ainda buscando o diálogo entre a prova do ENEM e as Relações Internacionais (UFSC, 2016a; UFSC, 2016b)⁸.

Com atividades focadas na discussão de atualidades, por meio de vídeos, notícias, inserindo métodos dialógicos, como debates e rodas de discussões sobre temas que circundam a vida diária, foi possível construir uma relação de confiança entre as estudantes e vê-las desenvolverem habilidades para entender a política internacional a partir das atividades propostas. No primeiro ano, nas reuniões de avaliação do Pré-Universitário Popular Alternativa, as estudantes relataram que as aulas com a equipe de Relações Internacionais dialogavam com

⁸ A segunda apostila desenvolvida pela equipe pode ser encontrada no repositório digital da UFSC, conforme referência citada neste artigo (UFSC, 2016b).

o que os vestibulares e o ENEM vinham propondo. Além disso, reforçaram que as aulas intercomunicavam áreas e aprendizados distintos, não só das temáticas abordadas no pré-universitário, mas também da vida diária. Ainda que no primeiro ano a disciplina tenha sido ofertada em um período alternativo (sábados à tarde) no qual nem todas podiam comparecer, houve participação de pelo menos 50% das estudantes de cada turma⁹, estudantes que se constituíam também enquanto trabalhadoras, portanto, fazendo um esforço para, no momento que seria de lazer, estarem presentes na aula de Tópicos em Relações Internacionais.

Por isso, no segundo ano do projeto, em 2017, a coordenação do PUP Alternativa ofereceu à equipe de Tópicos em Relações Internacionais a possibilidade de um período fixo na grade de disciplinas semanal, durante a noite. Fomos surpreendidas pelo convite e reorganizamos o grupo para dar seguimento ao projeto. A partir dos relatos da experiência de 2016, a equipe produziu uma proposta de ementa e começou a incorporar outras metodologias, como dinâmicas e atividades que misturavam o lúdico e a vida cotidiana com as Relações Internacionais, além da utilização e comunicação de notícias e vídeos, debatendo temas conjunturais e cotidianos em suas atividades - mais tarde incorporados à apostila de 2018. Novamente, a recepção pelas educandas foi positiva, momento em que foi destacado que os conteúdos eram trabalhados de forma mais dinâmica e interdisciplinar, quando comparado às áreas tradicionais de ensino. As educandas também relataram que a disciplina auxiliava e complementava o entendimento de conteúdos de outras áreas, como História, Geografia e Sociologia. Além de assumirmos nossas aulas como um espaço interdisciplinar a partir das Relações Internacionais, também organizamos aulas com educadoras de outras disciplinas, como Biologia, Português e Redação, trabalhando temáticas que dialogavam com as questões internacionais.

Em 2017, no segundo ano de projeto, passamos a nos dedicar mais às formações sobre educação popular que o PUP Alternativa propunha. Essas formações nos possibilitaram olhar para a sala de aula como um espaço do

⁹ Desde 2016, atuamos em quatro turmas no PUP Alternativa, que são compostas por uma média de 30 educandas em cada turma. Infelizmente, a evasão é geralmente alta e ao longo do ano essas turmas diminuem significativamente.

diálogo, portanto com debate e, não distante disso, conflito. Por meio da Educação Popular, especialmente a partir da pedagogia freireana, chegamos mais perto de cumprir o nosso papel de mediação ao incentivar o pronunciar da palavra pelas educandas. Atuamos entendendo que estávamos em salas de aulas com, majoritariamente, estudantes negros e negras, estudantes trabalhadoras, e estudantes oriundas da rede pública. Por isso, trazíamos para o debate autores e autoras dissidentes que líamos nas aulas da graduação, como Aimé Césaire (1978). No pré-universitário, discutir Césaire tinha um teor diferente de quando discutíamos nas salas de aula no curso de Relações Internacionais da UFSM. Por exemplo, quando uma estudante jovem e negra emocionou-se em sala ao perceber que sua busca por emprego há mais de um mês relacionava-se com as marcas coloniais que persistem em nosso cotidiano pelo racismo estrutural, percebendo-se na dinâmica imposta de que o corpo negro vale menos que o branco. Apesar de reconhecermos que esse diálogo pudesse acontecer em outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, a relevância desse debate acontecer em uma sala de aula de Relações Internacionais é a de demonstrar as conexões da área com as violências racistas cotidianas na realidade brasileira, que também se expressam na política internacional e na construção histórica da disciplina (SILVA, 2021). Como demonstra Karine de Souza Silva (2021), na área e especialmente no Brasil, raça e racismo são historicamente negados como categorias analíticas e silenciados frente a epistemologias entendidas como “universais”. Assim, o reconhecimento do racismo como um problema global cujas soluções são também globais - pelo movimento negro e pela comunidade acadêmica - têm consequências para a agenda, autoras e atores nas Relações Internacionais (SILVA, 2021).

Debates similares ocorriam nas aulas sobre o continente africano, em que usualmente perguntávamos no início da aula: “qual a primeira palavra que vem a sua mente quando você escuta a palavra África?”, palavras como “pobreza”, “deserto” e “fome” vinham à tona em diferentes turmas e anos letivos. Passávamos a aula buscando ultrapassar o senso comum sobre o continente e suas dezenas de países. Ao final da aula, a partir da mesma pergunta, as palavras que surgiam ligavam-se mais ao crescimento econômico de diferentes países,

como Nigéria e África do Sul, e questões políticas de resistência e independência nacionais, e menos a preconceitos presentes no imaginário social brasileiro. Essas experiências da sala de aula demonstraram para nós o poder da comunicação das Relações Internacionais. E nos fizeram, enquanto educadoras populares, assumir um papel de agentes da mudança ao mobilizar na prática as dimensões e implicações sociopolíticas das Relações Internacionais.

Por ser uma matéria nova na grade de horários, pouco conhecida e que não se tem contato no ensino básico, em nossas primeiras aulas buscamos fazer uma contextualização e apresentar a disciplina. Nessa aula introdutória, dialogávamos com as educandas sobre como elas percebiam as temáticas internacionais no seu espaço e o que pensavam dessa dimensão, questionando a relevância desse saber. Também apresentávamos as propostas de conteúdo e atividades que seriam desenvolvidas ao longo do ano. Apesar de ter uma ideia de ementa mínima, a proposta do projeto foi de que as equipes tivessem autonomia, podendo elencar os conteúdos conforme o andamento e curiosidade científica das turmas. Algumas turmas seguiram o conteúdo de uma forma mais cronológica, outras por temáticas e grandes temas, outras de acordo com as notícias e atualidades que surgiam no cotidiano e despertavam o interesse das educandas. Assim, não há uma obrigatoriedade de “conteúdo a ser vencido” – como chegam a comentar as educadoras de outras disciplinas -, apesar de haver uma preocupação no sentido de cobrir a grande gama de assuntos pertinentes à disciplina e aos interesses e dúvidas das educandas, além dos pontos mais abordados pelo ENEM, por exemplo.

Nesse contexto de conectar a área com objetivos práticos (ENEM e vestibulares) ao passo que também nos inseríamos nas discussões de Educação Popular, nossas experiências com pré-universitários foram de experimentação, mas também possibilitaram uma reflexão profunda sobre caminhos da extensão universitária e a comunicação das Relações Internacionais no contexto brasileiro. Como estudantes de um bacharelado em Relações Internacionais, e não uma licenciatura, enfrentamos inúmeros desafios pedagógicos nesta prática. Contudo, essa experimentação foi de caráter rigoroso, curioso, humilde e persistente, tendo em mente os debates da Educação Popular no qual nos inseríamos (FREIRE,

2002). Enquanto educadoras, pudemos vivenciar na prática de sala de aula o desejo de participar, aprender, discutir das estudantes. Estava presente também a curiosidade da pergunta, que se fortaleceu à medida que a abertura do espaço de fala ficava evidente para a turma, contrastando com relatos de dificuldade de participação que costumávamos ouvir e vivenciar na nossa própria experiência educacional. Tentamos ensinar Relações Internacionais a partir de uma comunicação possível com quem dialogamos, acessível e responsável, não deixando de abordar conceitos ou teorias complexos da área, mas adaptando a linguagem e fazendo-o de maneira cuidadosa. Para citar os termos de Paulo Freire, procuramos fazer nossas aulas e explicações de maneira simples, mas não simplista.

Além disso, em sala, não achávamos que nossas aulas e seus conteúdos “salvariam” alguém da própria realidade ou serviriam apenas para alcançar pontos em provas específicas. Tentamos ir além de somente a leitura da palavra e permitimos que o mundo atravessasse nossas discussões. Por exemplo, era com o rigor de pesquisa que trazíamos o debate sobre o feminismo quando as violências patriarcais cotidianas chegavam em nossa sala de aula. E era com o mesmo rigor, que ouvíamos nossas estudantes no espaço de aprendizado coletivo, buscando que violências machistas não se reproduzissem ali. Por exemplo, realizamos no tempo da aula rodas de conversa com todas as discentes em que questionávamos em grupo quais eram experiências vivenciadas por elas de machismo na vida diária. A partir disso, conectávamos essas experiências individuais a estrutura machista e patriarcal de poder. Conversas que, por vezes, geravam conflitos. Conflitos e hostilidades em uma sala de aula com propostas marcadamente feministas nas Relações Internacionais são representados na literatura pedagógica da área (STIENSTRA, 2000; SJOBERG, 2007). Autoras como Laura Sjoberg (2007) colocam que gênero e feminismo têm uma ressonância pessoal entre as estudantes, fazendo com que seja necessário, como professoras, enfrentarmos essa ressonância e seus desdobramentos (como silêncios e confrontos) para ensinar gênero. Para Deborah Stienstra (2000) há também um desafio de estreiteza cultural relacionado a essa temática. Em sala de aula, as estudantes resistem à temática quando as questões não são diretas, mas mais

complexas. Contudo, abordagens críticas como as feministas e de gênero são relevantes para as Relações Internacionais e seu ensino pois encorajam as educandas a aprenderem sobre as complexidades do mundo, transformando as educadoras, as estudantes e o currículo e possibilitando análises mais completas da política internacional (STIENSTRA, 2000; ENLOE, 2004).

Reconhecemos que muitas dessas práticas foram possíveis pelo caráter interdisciplinar dos tópicos focados em Relações Internacionais. Notamos uma relação possível de retroalimentação, onde a Educação Popular e o campo das Relações Internacionais se complementam, em que as educandas podiam refletir o porquê de tal acontecimento e suas conexões com o contexto global (FREIRE, 1980, p. 52-53). Assim, as educandas conseguiam exercitar o “pensar criticamente”, fazendo suas próprias interpretações (Ibid.). A inserção da sociedade no debate público e na esfera política evidencia a interconexão necessária entre as esferas global e local, destacando o papel histórico e de agência de educandas e educadoras. Nessa interconexão, importa o se fazer sujeito, tanto das educandas, quanto das educadoras. Enquanto educadoras, ressaltamos e aprendemos que o ensino das Relações Internacionais pela Educação Popular faz perceber que nossas teorias e técnicas não são neutras, são condicionadas histórica e socialmente, assim como quaisquer outras técnicas (FREIRE, 1980). A partir disso, nossa atuação em sala considerou a visão de mundo das educandas, assim ressignificamos nossa pedagogia a partir da comunicação e aprendizado conjunto.

Essas considerações sobre a comunicação da disciplina de Relações Internacionais em um pré-universitário popular permitem que olhemos para o momento que vivemos e para o debate público brasileiro desafiando quem declara que as Relações Internacionais são uma temática que só elites ou intelectuais podem discutir. Mesmo diante das dificuldades de seguimento do curso, mesmo em caráter informal e não obrigatório, nossa prática evidenciou que há interesse e disposição para aprender, ensinar e comunicar as temáticas internacionais. A partir da consideração daquelas que historicamente mais tem sofrido as dificuldades na entrada e permanência no ensino formal, sabemos que a área pode ser compreendida por todas, em diversos contextos sociais, podendo

inclusive criar as bases reflexivas para questionar e desafiar políticas públicas, como (mas não apenas) a política externa e as relações diplomáticas, historicamente desenvolvidas com distanciamento e sem a participação da sociedade.

5 CONCLUSÕES

A partir do relato de nossa experiência enquanto educadoras populares no contexto do projeto Educação Popular e Relações Internacionais, buscamos trazer para a literatura e o debate acadêmico em comunicação/extensão as possibilidades de transformação da realidade social a partir dos métodos da educação popular. Partindo das Relações Internacionais, expomos como a educação popular pode mobilizar temáticas pensando a participação democrática e inserção social no debate público. Também buscamos conectar a dimensão da extensão/comunicação às outras duas bases da educação superior brasileira: ao ensino, por meio da realização do projeto de comunicação a partir da atividade docente em pré-universitários populares; e à pesquisa, indissociável dessa ação extensionista e por meio do compartilhamento dessas experiências em eventos e artigos acadêmicos, buscando a publicização e o debate das ações experienciadas.

Da repercussão e resultados obtidos a partir desse projeto, observamos que ações comunicadoras a partir da universidade, como a qual relatamos neste trabalho, trazem a possibilidade de transformar a realidade da educação e do ensino no Brasil por meio das práticas de Educação Popular, ao considerar a dimensão dialógica entre universidade e sociedade. Desse contexto, buscamos por meio da extensão/comunicação retroalimentar as outras dimensões do ensino universitário, transformando a cautela da pesquisa também em indignação provocadora de mudança, conforme propõe a pesquisadora Débora Diniz (2019), além de problematizar a nossa realidade e a das educandas envolvidas no projeto.

Com essa perspectiva, trazemos nesse registro a formação pedagógica e experiência que vivenciamos no contexto da implementação de disciplina de Tópicos em Relações Internacionais no Pré-Universitário Popular Alternativa, com

a qual esperamos também incentivar a implementação de práticas comunicadoras em outros eixos, projetos e cursos. Dentro da área de estudos, esperamos abrir uma nova agenda de pesquisa nas temáticas de Educação, Educação Popular e Relações Internacionais, repensando a ação-reflexão, ou práxis, das Relações Internacionais. A adoção dessas práticas parece contribuir para a difusão dos temas abrangidos pela disciplina no debate público brasileiro, contribuindo para a comunicação com a sociedade brasileira e nas relações universidade-sociedade e incentivando o engajamento popular e a participação democrática nas questões internacionais do Brasil.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. Para Uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial Das Relações Internacionais No Brasil. In TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais Em Relações Internacionais**. Editora EDUFBA, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988 [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CORRÊA, Paulo Pellegrino; LUEDY, Tiago. **Entre o Estratégico e o Periférico: êxitos e desafios da consolidação do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pará**. Belo Horizonte: 5º Encontro Nacional da ABRI, 2015.

DINIZ, Débora. **Débora Diniz, homenageada da Mostra Científica**. Vídeo: 10min50s, 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hkY48>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

ENLOE, Cynthia. **The Curious Feminist: Searching for Women in a New Age of Empire**. University of California Press, 2004.

FERREIRA, Paula; GRANDELLE, Renato. Atacadas por Bolsonaro, Ciências Humanas e Sociais já recebem menos recurso para bolsas do que área de Exatas. **O Globo**: Edição Online, 27 abr. 2019. Disponível em: <<https://bityli.com/GeGkKc>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GARCÍA PEÑA, Lorgia. **Community as Rebellion:** A Syllabus for Surviving Academia as a Woman of Color. Canada: Haymarket Books, 2022.

GOMES, Tatiana. **Pré-Universitário Popular Alternativa:** formação inicial para a docência entre a educação formal e não formal. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado (PPG Profissional em Educação). Universidade Federal da Fronteira Sul - Erechim, 2017.

HERZ, Mônica. O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, 24 (1), p. 7-40, jan./jun. 2002,

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JUNGS DE ALMEIDA, Alessandra. Rodas de conversa para acessibilidade linguística: escuta, diálogo e promoção de direitos humanos na extensão universitária. In: REDIN, G. **Migrações internacionais:** experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Editora UFSM, 2020. Acesso em: Jul. 2022. Pp. 103-126.

LESSA, Antônio Carlos. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (2), 169-184, 2005.

MACEDO LIMA, Allan; et al. Educar para o mundo: experiência extensionista popular para direitos humanos e migrações. **Revista De Cultura E Extensão USP**, 13, 65-82. 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003.

MORAES, Ivy. Educar para o mundo. Extensão em Relações Internacionais – direitos humanos e imigração em São Paulo. **Ideias**, 3(2), 141-162, 2013.

MURPHY, Craig N. Seeing Women, Recognizing Gender, Recasting International Relations. International Organization. 50 (3). 513-38, 1996.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís; JUNGS DE ALMEIDA, Alessandra. O papel da academia na proteção e promoção dos Direitos Humanos de migrantes e

refugiados no Brasil: A prática extensionista do Migraidh UFSM. In REDIN, G. **Migrações internacionais: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil**. Editora UFSM, 2020. Pp. 12-41.

SILVA, Danielle Costa da. Política Externa é Política Pública: reflexões sobre a política externa brasileira. **NEIBA**, IV (1), p. 13-23, ago., 2015.

SILVA, Karine de Souza; CASTELÁN, Daniel R. "Mil Nações Moldaram Minha Cara": o Brasil, as Migrações Sul-Sul e a Extensão em Relações Internacionais. **Extensio: R. Electr. de Extensão**, Florianópolis, 16 (34), p. 154-165, 2019.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoia". A surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **RIL Brasília** 58 (229), 37-55, jan./mar. 2021.

SJOBORG, Laura. Gender and Personal Pedagogy: Some Observations. **International Studies Perspectives** 8 (3), 336-339, 2007.

SOUSA, Pedro Ponte e. A Política Externa como Política Pública? Diálogos entre Estudos Políticos e Estudos Internacionais. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 5, n. 2, 2014, p. 110-131. DOI: <<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v5i2.37412>>.

STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. **International Studies Perspectives**, 1 (3), 233-244, 2000.

TICKNER, J. Ann. Troubled Encounters: Feminism meets IR. In Tickner, J. Ann. **Gendering World Politics. Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001. Pp. 9-35.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC na Praça aproxima população da pesquisa universitária. **Notícias da UFSC**, 16 mai. 2019, 2019a. Disponível em: <<https://bitly.com/fpgfmt>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Projeto 'UFSC na Praça' estará no bairro Serrinha neste sábado. **Notícias da UFSC**, 07 jun. 2019, 2019b. Disponível em: <<https://bitly.com/PolACu>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Tópicos em Relações Internacionais I: Pré universitário Popular Alternativa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 2016a.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Tópicos em Relações Internacionais I: Pré universitário Popular Alternativa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 2016b. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25133>>. Acesso em: Jul. 2022.

Os autores declaram participação na autoria conforme a Taxonomia CRediT da Casrai (vide <https://casrai.org/>)

Conceituação	Metodologia	Software	Validação	Análise formal	Investigação	Recursos
[1]/[2]	[1]/[2]			[1]/[2]	[1]/[2]	
Curadoria	Primeira redação	Revisão/edição	Visualização	Supervisão	Admin. projeto	Financiamento
	[1]/[2]	[1]/[2]				